

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Divulgação dos Resultados Consolidados

3º Trimestre de 2011



171,1 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+11,9%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 737,3 MILHÕES (+23,9%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 316,1 MILHÕES (+21,8%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 138,4 MILHÕES (+49,3%)

AGENDA DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA



EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (11/11/2011)
09:30 (São Paulo)
06:30 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 4688-6361
Código: OHL
Replay: Entre 12/11 e 17/11
Tel.: +55 (11) 4688-6312
Código: 4185891

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link <http://webcall.rweb.com.br/ohlbrasil> e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

EM INGLÊS

Segunda-feira (21/11/2011)
Disponibilização da transcrição para o inglês da teleconferência em português.

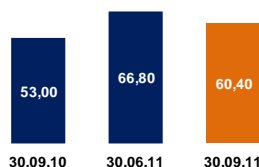
São Paulo, 10 de novembro de 2011 – A OHL Brasil (“Companhia”) anuncia seu resultado do terceiro trimestre de 2011, período encerrado em 30 de setembro de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária. As informações foram elaboradas em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 485, de 1 de setembro de 2010.

DESTAQUES 3T11

- **Tráfego Pedagiado:** O volume de tráfego pedagiado das concessionárias estaduais e federais apresentou, respectivamente, crescimento de 14,1% e 11,0% no 3T11 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Entre os principais fatores que influenciaram o aumento, destacam-se: (i) a implantação da cobrança bidirecional em quatro praças de pedágio da concessionária estadual Centrovias; e (ii) a abertura da última praça de pedágio da concessionária federal Fernão Dias.
- **Receita Líquida:** A receita líquida alcançou o montante de R\$ 737,3 milhões, com crescimento de R\$ 142,4 milhões (+23,9%) em comparação ao 3T10. Esse crescimento foi gerado, basicamente, (i) pelo reajuste contratual das tarifas de pedágio (+9,77%) das concessionárias estaduais, em vigor desde 1º de julho de 2011; (ii) pela evolução do tráfego pedagiado no período (3T11 vs. 3T10); e (iii) pelo aumento da receita de construção.
- **EBITDA Ajustado:** O EBITDA Ajustado (antes do IFRS) atingiu o montante de R\$ 316,1 milhões no 3T11, com margem de 42,9%.
- **Lucro Líquido:** O lucro líquido alcançou R\$ 138,4 milhões, 49,3% superior ao registrado no 3T10.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 1,6 bilhão em 30/09/2011, com aumento de 2,3% frente ao 2T11. O nível de endividamento líquido é reflexo do cumprimento dos programas de investimentos das concessionárias federais. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 1,6x.
- **Investimentos:** Foram desembolsados R\$ 246,2 milhões com investimentos em ativos intangíveis e imobilizado no 3T11, sendo que 93,4% dos recursos foram aplicados nos projetos das concessionárias federais. Nos últimos nove meses, os desembolsos totalizaram R\$ 578,5 milhões.



OHLB3 (R\$ por ação)
Cotação Fech.



BM&FBOVESPA: OHLB3

Bloomberg: OHLB3 BZ

Thomson Reuters: OHLB3.BR

Atualização em 30/09/2011

Preço Fech.: R\$ 60,40 por ação

Valor de Mercado: R\$ 4,2 bilhões

Indicadores Financeiros	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10
Veículos equivalentes (Mil)	171.138	163.050	152.956	5,0%	11,9%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	506.535	453.868	430.984	11,6%	17,5%
Receita líquida (R\$ Mil)	737.282	637.754	594.891	15,6%	23,9%
EBITDA (R\$ Mil)	295.455	236.217	238.692	25,1%	23,8%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	316.131	269.563	259.686	17,3%	21,7%
Lucro líquido (R\$ Mil)	138.421	90.461	92.683	53,0%	49,3%
Margem EBITDA	40,1%	37,0%	40,1%		
Margem EBITDA ajustado	42,9%	42,3%	43,7%		
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	1.386.448	1.248.027	1.077.007		
Ativos totais (R\$ Mil)	5.348.362	5.031.928	4.437.272		
Dívida bruta / Capitalização total ²	68,1%	68,9%	69,9%		
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	1,6	1,6	1,7		

¹ Considera ajustes para reversão da provisão p/ manutenção de rodovias e lucros não realizados pelas construtoras.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

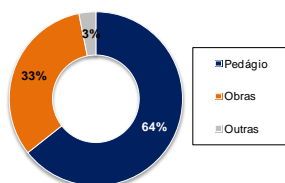
(Em milhares de reais)

	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	787.472	682.866	637.102	15,3%	23,6%	2.071.934	1.715.088	20,8%
Receitas de pedágio	506.535	453.868	430.984	11,6%	17,5%	1.394.740	1.187.328	17,5%
Estaduais	299.398	254.177	264.255	17,8%	13,3%	790.908	714.830	10,6%
Autovias	73.857	64.004	66.425	15,4%	11,2%	197.198	179.707	9,7%
Centrovias	74.534	62.277	64.472	19,7%	15,6%	196.333	174.831	12,3%
Intervias	83.971	70.788	75.086	18,6%	11,8%	219.998	201.305	9,3%
Vianorte	67.036	57.108	58.272	17,4%	15,0%	177.379	158.987	11,6%
Federais	207.137	199.691	166.729	3,7%	24,2%	603.833	472.498	27,8%
Planalto Sul	21.125	21.642	19.631	-2,4%	7,6%	64.759	57.210	13,2%
Fluminense	33.369	31.393	28.259	6,3%	18,1%	96.271	80.992	18,9%
Fernão Dias	51.526	48.373	34.189	6,5%	50,7%	147.263	92.024	60,0%
Régis Bittencourt	61.561	60.066	52.121	2,5%	18,1%	180.777	149.477	20,9%
Litoral Sul	39.556	38.217	32.529	3,5%	21,6%	114.763	92.795	23,7%
Outras receitas	24.661	31.364	26.698	-21,4%	-7,6%	80.251	68.518	17,1%
Receitas de obras	256.277	197.634	179.420	29,7%	42,8%	596.944	459.242	30,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(50.191)	(45.112)	(42.212)	11,3%	18,9%	(137.561)	(115.109)	19,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	737.282	637.754	594.891	15,6%	23,9%	1.934.374	1.599.980	20,9%
CUSTOS E DESPESAS	(441.827)	(401.537)	(356.199)	10,0%	24,0%	(1.189.866)	(975.060)	22,0%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(110.624)	(117.639)	(101.257)	-6,0%	9,3%	(349.924)	(335.130)	4,4%
Custo dos serv. de construção	(256.277)	(197.634)	(179.420)	29,7%	42,8%	(596.944)	(459.242)	30,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(28.591)	(31.603)	(28.944)	-9,5%	-1,2%	(91.843)	(84.821)	8,3%
Remuneração da administração	(3.307)	(3.133)	(3.147)	5,6%	5,1%	(9.608)	(8.788)	9,3%
Despesas tributárias	(719)	(906)	(174)	-20,6%	313,2%	(1.916)	(1.910)	0,3%
Provisão para manutenção em rodovias	(43.416)	(54.441)	(43.813)	-20,3%	-0,9%	(147.228)	(88.504)	66,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.107	3.819	557	-71,0%	98,9%	7.596	3.336	127,7%
EBITDA	295.455	236.217	238.692	25,1%	23,8%	744.508	624.920	19,1%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>40,1%</i>	<i>37,0%</i>	<i>40,1%</i>			<i>38,5%</i>	<i>39,1%</i>	
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(50.856)	(50.087)	(47.983)	1,5%	6,0%	(149.328)	(132.190)	13,0%
Depreciações e amortizações	(50.856)	(50.087)	(45.949)	1,5%	10,7%	(149.328)	(126.089)	18,4%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	(2.034)	-	-	-	(6.101)	-
RESULTADO FINANCEIRO	(38.900)	(51.598)	(51.856)	-24,6%	-25,0%	(151.163)	(156.811)	-3,6%
Receitas financeiras	47.568	39.442	30.266	20,6%	57,2%	124.014	61.967	100,1%
Despesas financeiras	(85.975)	(91.114)	(82.119)	-5,6%	4,7%	(274.695)	(218.809)	25,5%
Variação cambial, líq.	(493)	74	(3)			(482)	32	
LUCRO ANTES DOS EFITOS TRIBUTÁRIOS	205.699	134.532	138.854	52,9%	48,1%	444.017	335.920	32,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(67.278)	(44.071)	(46.171)	52,7%	45,7%	(144.350)	(109.714)	31,6%
Corrente	(63.760)	(45.463)	(46.836)	40,2%	36,1%	(141.503)	(107.587)	31,5%
Diferido	(3.518)	1.392	665	-352,7%	-629,0%	(2.847)	(2.127)	33,9%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	138.421	90.461	92.683	53,0%	49,3%	299.667	226.206	32,5%

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços

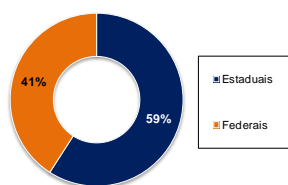
Composição da Receita Bruta (%)



A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, de conservação e pavimentação de rodovias, totalizou R\$ 787,5 milhões no 3T11, com crescimento de 23,6% em relação aos R\$ 637,1 milhões registrados ao 3T10. Dentre os motivos que geraram esse resultado, destacam-se: (i) a operação e arrecadação da totalidade das praças de pedágio administradas pelas concessionárias; (ii) os reajustes tarifários (+9,77%) aplicados às concessionárias estaduais em 1º de julho de 2011; e (iii) o aumento da receita relativa aos serviços de construção.

Receita de Pedágio

Composição da Receita de Pedágio (%)



As concessionárias estaduais encerraram o 3T11 com receita de pedágio equivalente a R\$ 299,4 milhões, elevação de 13,3% em relação aos R\$ 264,3 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. O principal motivo deste crescimento foi o reajuste de 9,77% das tarifas de pedágio, com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) entre os meses de junho de 2010 e maio de 2011. As novas tarifas entraram em vigor em 1º de julho de 2011.

Já as concessionárias federais registraram arrecadação de R\$ 207,1 milhões (+24,2%) no mesmo período, ou seja, R\$ 40,4 milhões acima do montante arrecadado no 3T10. Esse aumento reflete, sobretudo, a ampliação da arrecadação pela Autopista Fernão Dias, resultante da abertura da praça de pedágio de Mairiporã (SP), e os reajustes das tarifas de pedágio praticadas pelas concessionárias federais entre os meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2011.

A receita de pedágio consolidada totalizou R\$ 506,5 milhões no 3T11, com aumento de 17,5% se comparada ao 3T10 e 11,6% quando comparada 2T11.

Tráfego Pedagiado: No trimestre, o tráfego pedagiado foi de 171,1 milhões de veículos equivalentes, 11,9% superior quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa variação reflete, notadamente, (i) a implantação da cobrança bidirecional em quatro praças de pedágio administradas pela concessionária Centrovias; e (ii) o início da cobrança de pedágio na praça de Mairiporã (SP), iniciada em setembro de 2010.

Na comparação com o 2T11, o crescimento do tráfego (+5,0%) foi menor do que o registrado nos anos anteriores. A redução no ritmo de crescimento reflete a retração da trajetória do fluxo de veículos no mês de setembro, provocada pela desaceleração da atividade industrial e pela menor expansão da renda.

Veículos Equivalentes (Mil)	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
Estaduais	48.374	45.054	42.382	7,4%	14,1%	135.433	116.072	16,7%
Autovias	11.326	10.735	11.247	5,5%	0,7%	32.011	31.045	3,1%
Centrovias	12.616	11.597	7.438	8,8%	69,6%	35.278	19.525	80,7%
Intervias	15.681	14.518	15.380	8,0%	2,0%	43.567	42.231	3,2%
Vianorte	8.751	8.203	8.317	6,7%	5,2%	24.576	23.271	5,6%
Federais	122.764	117.996	110.574	4,0%	11,0%	359.637	312.240	15,2%
Planalto Sul	6.815	6.981	6.769	-2,4%	0,7%	20.890	19.728	5,9%
Fluminense	11.917	11.212	10.868	6,3%	9,6%	34.679	31.296	10,8%
Fernão Dias	39.635	37.210	31.081	6,5%	27,5%	113.279	83.658	35,4%
Régis Bittencourt	36.142	35.296	34.747	2,4%	4,0%	106.269	99.651	6,6%
Litoral Sul	28.254	27.298	27.108	3,5%	4,2%	84.520	77.907	8,5%
Total	171.138	163.050	152.956	5,0%	11,9%	495.070	428.312	15,6%

Cabe destacar que parte do tráfego da rodovia BR-376, administrada pela Autopista Litoral Sul, foi direcionada para a rodovia BR-116, sob responsabilidade da Autopista Planalto Sul, face aos sinistros provocados pelas fortes chuvas na região. Os reflexos desses eventos se estenderam durante o segundo trimestre do ano e a regularização da situação resultou no ajuste do tráfego do terceiro trimestre.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) no 3T11 foi de 64% de veículos pesados e 36% de veículos leves nas concessões estaduais; e 76% de veículos pesados e 24% de veículos leves nas concessões federais.

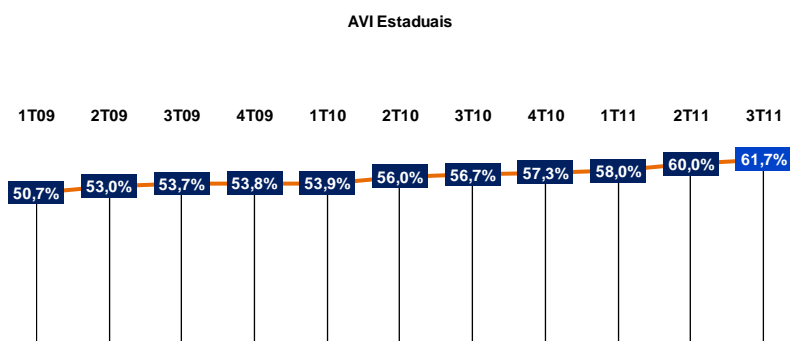
Tarifa Média: Na comparação 3T11 contra 2T11, o crescimento das tarifas médias praticadas pelas concessionárias estaduais reflete o reajuste tarifário, em vigor desde 1º de julho deste ano, efetivado com base na variação acumulada do IGP-M entre os meses de junho de 2010 e maio de 2011. Adicionalmente, vale destacar que a mudança na forma de cobrança (bidirecional) em quatro das cinco praças de pedágio administradas pela Centrovias causou a redução (-31,8%) da tarifa média praticada (3T11 vs. 3T10).

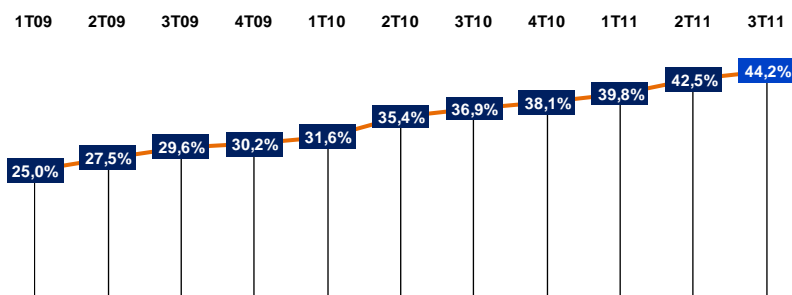
Segue abaixo evolução das tarifas médias praticadas pelas concessionárias estaduais e federais:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
Estaduais	6,19	5,64	6,24	9,7%	-0,7%	5,84	6,16	-5,2%
Autovias	6,52	5,96	5,91	9,4%	10,4%	6,16	5,79	6,4%
Centrovias	5,91	5,37	8,67	10,0%	-31,8%	5,57	8,95	-37,8%
Intervias	5,35	4,88	4,88	9,8%	9,7%	5,05	4,77	5,9%
Vianorte	7,66	6,96	7,01	10,0%	9,3%	7,22	6,83	5,6%
Federais	1,69	1,69	1,51	0,0%	11,9%	1,68	1,51	11,0%
Planalto Sul	3,10	3,10	2,90	0,0%	6,9%	3,10	2,90	6,9%
Fluminense	2,80	2,80	2,60	0,0%	7,7%	2,78	2,59	7,3%
Fernão Dias	1,30	1,30	1,10	0,0%	18,2%	1,30	1,10	18,2%
Régis Bittencourt	1,70	1,70	1,50	0,0%	13,6%	1,70	1,50	13,4%
Litoral Sul	1,40	1,40	1,20	0,0%	16,7%	1,36	1,19	14,0%
Total	2,96	2,78	2,82	6,3%	5,0%	2,82	2,77	1,6%

Meios Eletrônicos: A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 61,7% no 3T11, contra 56,7% no 3T10. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 44,2% contra 36,9% no 3T10.

A seguir, gráficos com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde o primeiro trimestre de 2009:





Receita de Obras

No 3T11, a receita de obras cresceu R\$ 76,9 milhões (+42,8%) em relação ao 3T10, sendo que 96,0% das obras foram realizadas nas concessionárias federais em razão da maior quantidade de investimentos vinculados aos contratos de concessão.

Outras Receitas

As concessionárias obtiveram R\$ 3,2 milhões de receitas oriundas da exploração da faixa de domínio das concessionárias no 3T11. Já as receitas de conservação e pavimentação das sociedades construtoras atingiram o montante de R\$ 21,4 milhões.

Receita Líquida dos Serviços e Deduções da Receita

No 3T11, a Companhia obteve receita líquida dos serviços no valor de R\$ 737,3 milhões, apresentando crescimento de 23,9% em comparação ao 3T10. As deduções somaram R\$ 50,2 milhões, com acréscimo de 18,9% frente ao 3T10. Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional medido pelo EBITDA atingiu o montante de R\$ 295,5 milhões no 3T11, apresentando crescimento de 23,8% em relação ao 3T10. O aumento de R\$ 56,8 milhões reflete o crescimento de R\$ 142,4 milhões na receita líquida da Companhia contra o aumento de R\$ 85,6 milhões dos custos e despesas no período.

EBITDA								
(Em milhares de reais)								
	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	737.282	637.754	594.891	15,6%	23,9%	1.934.374	1.599.980	20,9%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(441.827)	(401.537)	(356.199)	10,0%	24,0%	(1.189.866)	(975.060)	22,0%
EBITDA ¹	295.455	236.217	238.692	25,1%	23,8%	744.508	624.920	19,1%
Margem EBITDA	40,1%	37,0%	40,1%			38,5%	39,1%	
(+) Provisão para manutenção de rodovias	43.416	54.441	43.813	-20,3%	-0,9%	147.228	88.504	66,4%
(+) Ajustes de consolidação	(22.740)	(21.095)	(22.819)	7,8%	-0,3%	(54.885)	(26.812)	104,7%
EBITDA Ajustado ² (antes do IFRS)	316.131	269.563	259.686	17,3%	21,7%	836.851	686.612	21,9%
Margem EBITDA	42,9%	42,3%	43,7%			43,3%	42,9%	

1) EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01), e retenção dos lucros não realizados (EBITDA Construtoras).

Os principais fatores que influenciaram a variação dos custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) foram: (i) o aumento de R\$ 76,9 milhões dos custos de construção; (ii) o aumento de R\$ 1,6 milhão nos custos com pessoal; e (iii) o aumento de R\$ 3,7 milhões nos custos com conservação e seguro das rodovias.

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas do Grupo.

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	67.912	1.744	69.656	(26.323)	(1.744)	(28.067)	41.589	12.637	54.226	77,8%
Centrovias	68.823	3.083	71.906	(22.759)	(3.083)	(25.842)	46.064	8.777	54.841	76,3%
Intervias	77.671	3.641	81.312	(27.092)	(3.641)	(30.733)	50.579	10.366	60.945	75,0%
Vianorte	61.577	1.794	63.371	(16.740)	(1.794)	(18.534)	44.837	4.207	49.044	77,4%
Estaduais	275.983	10.262	286.245	(92.914)	(10.262)	(103.176)	183.069	35.987	219.056	76,5%
Planalto Sul	18.945	33.362	52.307	(11.622)	(33.362)	(44.984)	7.323	1.046	8.369	16,0%
Fluminense	30.153	31.979	62.132	(13.488)	(31.979)	(45.467)	16.665	1.106	17.771	28,6%
Fernão Dias	47.116	62.168	109.284	(27.132)	(62.168)	(89.300)	19.984	1.950	21.934	20,1%
Régis Bittencourt	56.238	76.666	132.904	(23.324)	(76.666)	(99.990)	32.914	1.749	34.663	26,1%
Litoral Sul	36.001	41.840	77.841	(19.352)	(41.840)	(61.192)	16.649	1.579	18.228	23,4%
Federais	188.453	246.015	434.468	(94.918)	(246.015)	(340.933)	93.535	7.429	100.964	23,2%
Total Concessionárias	464.436	256.277	720.713	(187.832)	(256.277)	(444.109)	276.604	43.416	320.020	44,4%
OHL Holding	-	-	-	(3.889)	-	(3.889)	(3.889)	-	(3.889)	-
Construtoras	-	106.959	106.959	-	(84.219)	(84.219)	22.740	-	22.740	-
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	-	(90.390)	(90.390)	-	90.390	90.390	-	-	-	-
Total	464.436	272.846	737.282	(191.721)	(250.106)	(441.827)	295.455	43.416	338.871	46,0%
Ajustes de consolidação ²	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.740)	-
Total Consolidado	464.436	272.846	737.282	(191.721)	(250.106)	(441.827)	295.455	43.416	316.131	42,9%

1) Exclui depreciação e amortização.

2) Ajustes relativos a eliminações de lucros não realizados pelas sociedades construtoras.

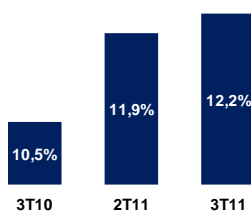
Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de novas práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo para reversão do montante relativo à “Provisão para manutenção em rodovias” e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista. Dessa forma, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 316,1 milhões no 3T11, indicando o crescimento de 21,7% quando comparado ao 3T10.

Resultado Financeiro

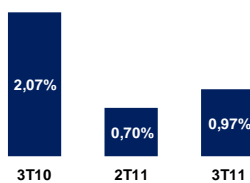
Resultado Financeiro (R\$ mil)	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
Receitas Financeiras	47.568	39.442	30.266	20,6%	57,2%	124.014	61.967	100,1%
Despesas Financeiras	(85.975)	(91.114)	(82.119)	-5,6%	4,7%	(274.695)	(218.809)	25,5%
Encargos financeiros	(75.222)	(80.049)	(65.862)	-6,0%	14,2%	(235.491)	(164.049)	43,5%
Atualização monetária do ônus fixo	(7.566)	(7.883)	(11.547)	-4,0%	-34,5%	(27.747)	(40.192)	-31,0%
Outras despesas	(3.187)	(3.182)	(4.710)	0,2%	-32,3%	(11.457)	(14.568)	-21,4%
Variação Cambial Líquida	(493)	74	(3)	-	-	(482)	32	-
Resultado Financeiro Líquido	(38.900)	(51.598)	(51.856)	-24,6%	-25,0%	(151.163)	(156.811)	-3,6%

O resultado financeiro líquido diminuiu 24,6% no 3T11 em comparação ao 2T11, passando de R\$ 51,6 milhões para R\$ 38,9 milhões. Os principais fatores que causaram a variação deste resultado foram: (i) o aumento das receitas com aplicações financeiras; e (ii) a redução dos encargos financeiros gerada pela composição da dívida conforme descrito no item endividamento.

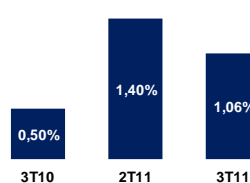
Taxa DI (média trimestral)



IGP-M (trimestral)



IPCA (trimestral)



Lucro Líquido

No trimestre, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 138,4 milhões, valor 49,3% acima dos R\$ 92,7 milhões registrados no 3T10. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o crescimento foi de 53,0%.

Endividamento

A dívida líquida consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures menos disponibilidades e aplicações financeiras) da Companhia totalizava R\$ 1,6 bilhão em 30 de setembro de 2011, apresentando aumento de R\$ 36,1 milhões (2,3%) em relação ao 2T11.

Endividamento (Em milhares de reais)	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10
Dívida Bruta	2.962.623	2.769.673	2.504.026	7,0%	18,3%
Curto Prazo	552.017	908.081	1.281.268	-39,2%	-56,9%
Longo Prazo	2.410.606	1.861.592	1.222.758	29,5%	97,1%
Caixa e equivalentes de caixa	1.250.731	1.132.439	981.125	10,4%	27,5%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	101.072	62.533	67.445	61,6%	49,9%
Dívida Líquida	1.610.820	1.574.701	1.455.456	2,3%	10,7%

¹ Curto e longo prazo

O aumento de R\$ 36,1 milhões foi ocasionado pelos seguintes fatores:

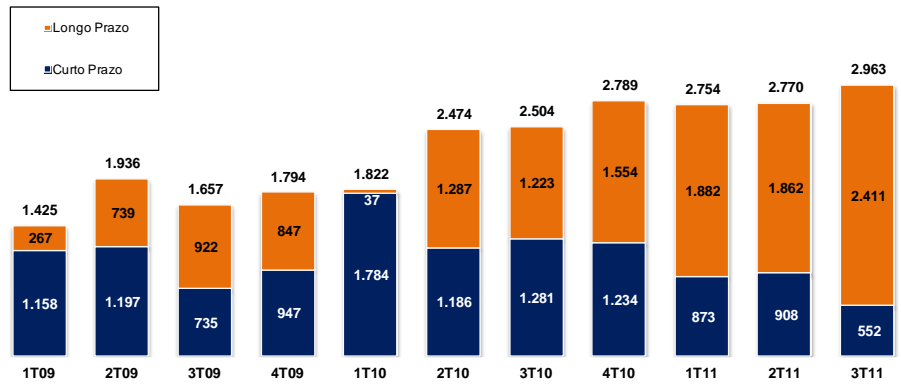
- Aumento de R\$ 156,8 milhões nas disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) e aplicações financeiras vinculadas do período;
- Aumento de R\$ 243,4 milhões em razão dos desembolsos relativos aos empréstimos longo prazo concedidos pelo BNDES para o programa de investimentos das Concessionárias Federais;
- Diminuição de R\$ 60,8 milhões referente à quitação de parcela relativa à emissão de debêntures nas Concessionárias Estaduais; e
- Acréscimo de R\$ 10,3 milhões em função dos juros apropriados e outras movimentações.

Vale destacar que as linhas de financiamento de longo prazo aprovadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos últimos meses, destinadas aos programas de investimentos das concessionárias federais Fernão Dias e Litoral Sul, contribuíram com a estratégia da Companhia de alongar o perfil da dívida. Até o final do ano, a Companhia espera a conclusão da análise e aprovação, por parte do BNDES, do financiamento de longo prazo direcionado à Autopista Fluminense.

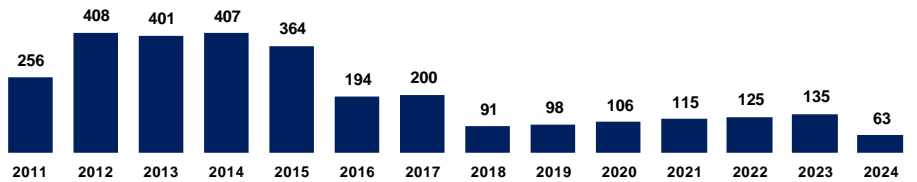
Em 30 de setembro de 2011, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 3,0 bilhões.

A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

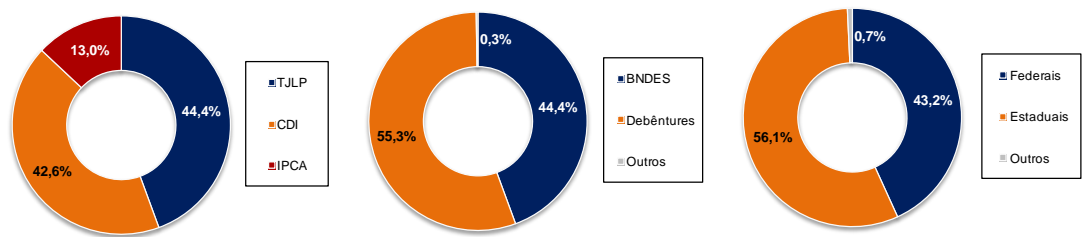
Evolução do Endividamento (R\$ milhões)



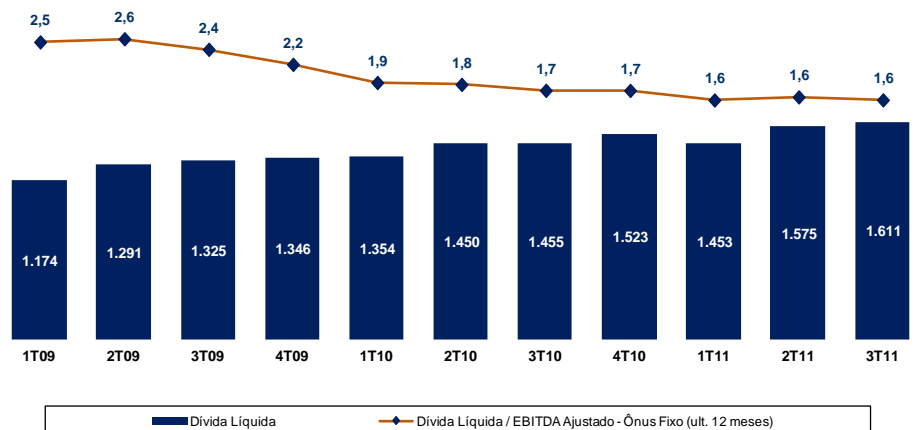
Amortização da Dívida (R\$ milhões)



Perfil da Dívida Bruta (%)



Grau de Alavancagem e Dívida Líquida (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 3T11, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente o montante de R\$ 15,5 milhões a título de ônus fixo.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	3T11	2T11	3T10	Var%		9M11	9M10	Var%
				3T11/2T11	3T11/3T10			
Total	(15.546)	(14.164)	(14.162)	9,8%	9,8%	(43.873)	(41.353)	6,1%
Autovias	(1.637)	(1.492)	(1.491)	9,7%	9,8%	(4.620)	(4.354)	6,1%
Centrovias	(2.448)	(2.231)	(2.231)	9,7%	9,7%	(6.910)	(6.515)	6,1%
Intervias	(1.524)	(1.388)	(1.388)	9,8%	9,8%	(4.301)	(4.054)	6,1%
Vianorte	(9.937)	(9.053)	(9.052)	9,8%	9,8%	(28.042)	(26.430)	6,1%

Em 30 de setembro de 2011, o valor nominal e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Nominal (R\$ Mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	6.561	39.048	45.609	83
Centrovias	9.817	55.958	65.775	80
Intervias	6.109	45.066	51.175	100
Vianorte	39.827	217.002	256.829	77
Total	62.314	357.074	419.388	

Investimentos

As concessionárias estaduais e federais desembolsaram R\$ 242,0 milhões com investimentos em ativos imobilizados e intangíveis no 3T11 frente aos R\$ 162,1 milhões registrados no 3T10. No acumulado do ano (9M11), este montante totalizou R\$ 570,3 milhões com aumento de 35,3% em relação aos R\$ 421,3 milhões registrados no mesmo período do ano anterior.

Parte dos recursos foi destinada à obra de duplicação de 59,6 quilômetros da rodovia BR 101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos de Goytacazes, iniciada na segunda quinzena de agosto, logo após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Nesta primeira fase, serão investidos cerca de R\$ 200,0 milhões. Ao todo, o projeto prevê a duplicação de 176,6 quilômetros.

Outro ponto de destaque do trimestre foi a liberação da licença para a construção da segunda etapa do Contorno de Betim (MG), via com aproximadamente nove quilômetros de extensão, sob a responsabilidade da Autopista Fernão Dias. A ligação das duas extremidades da rodovia possibilitará a criação de alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância. O projeto prevê investimentos totais da ordem de R\$ 35,0 milhões. As obras tiveram início no mês de outubro.

Neste período, também foi dado prosseguimento às obras de construção dos trechos inicial e final da segunda pista da Serra do Cafezal (BR 116/SP), com 11 quilômetros de extensão, na altura dos municípios de Juitiba e Miracatu. Ao todo serão duplicados 30 quilômetros de rodovia. A liberação da licença relativa ao trecho central depende da conclusão da análise realizada pelo órgão ambiental. A Autopista Régis Bittencourt e a OHL Brasil enviairão seus melhores esforços para o atendimento de qualquer solicitação adicional durante o processo. No total, serão investidos aproximadamente R\$ 560,0 milhões neste projeto.

Cabe ressaltar que, no dia 28 de outubro de 2011, o governo federal publicou no Diário Oficial da União portarias que estabelecem regras mais claras para o licenciamento ambiental federal. As mudanças contribuirão para a redução dos prazos de análise por parte do órgão ambiental, bem como para a redução dos custos com licenciamento.

Em outubro também foi iniciada a duplicação de 25 quilômetros da BR-116, entre Curitiba e Mandirituba, trecho administrado pela Autopista Planalto Sul, após a liberação da licença de instalação pelo IBAMA. Serão investidos R\$ 62,4 milhões nas obras.

Por fim, foram direcionados cerca de R\$ 31,4 milhões para obras de manutenção e conservação das rodovias estaduais no 3T11. No acumulado do ano (9M11), os recursos somaram R\$ 91,7 milhões, com redução de 3,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A aplicação destes recursos está em linha com os objetivos do programa de concessão das empresas do Grupo OHL Brasil de forma a permitir o aumento da fluidez do tráfego e, sobretudo, a redução do número de acidentes nas rodovias administradas.

A seguir quadro detalhado dos investimentos realizados por concessionária:

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	3T11			9M11		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	3.262	1.832	1.430	15.578	2.431	13.147
Centrovias	15.102	6.014	9.088	33.625	15.775	17.850
Intervias	12.688	2.326	10.362	39.971	6.867	33.104
Vianorte	12.277	1.787	10.490	32.095	4.474	27.621
Estaduais	43.329	11.959	31.370	121.269	29.547	91.722
Planalto Sul	32.625	32.625	-	71.965	71.965	-
Fluminense	25.449	25.449	-	62.246	62.246	-
Fernão Dias	60.171	60.171	-	134.969	134.969	-
Régis Bittencourt	74.624	74.624	-	174.447	174.447	-
Litoral Sul	37.154	37.154	-	97.096	97.096	-
Federais	230.023	230.023	-	540.723	540.723	-
Total	273.352	241.982	31.370	661.992	570.270	91.722
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	4.216	4.216	-	8.183	8.183	-
Total	277.568	246.198	31.370	670.175	578.453	91.722

Desde 2008, a OHL Brasil já investiu R\$ 2,4 bilhões apenas em suas concessionárias federais. Entre 2012 e 2015, estão programados desembolsos na ordem de R\$ 2,7 bilhões nas concessões federais e R\$ 570 milhões nas concessões estaduais.

Quadro de Pessoal

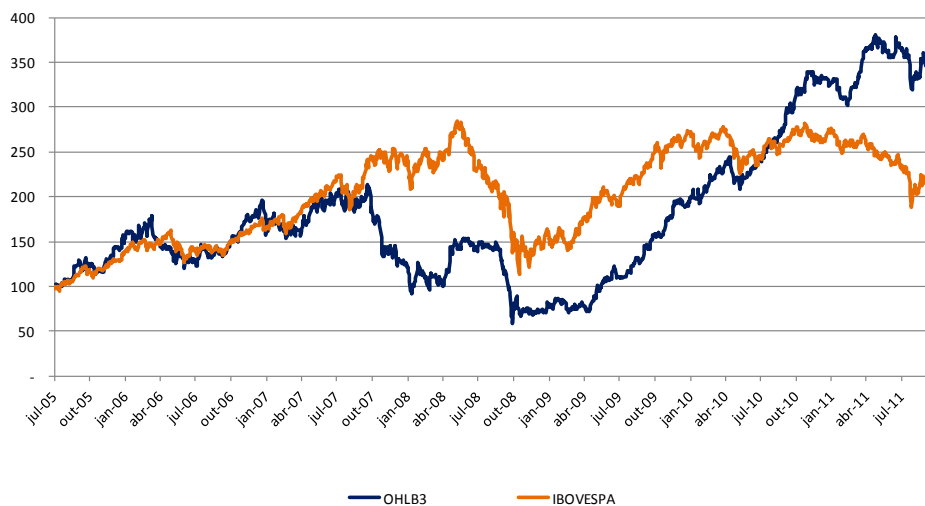
A seguir apresentamos a composição e evolução do quadro de pessoal da OHL Brasil e de suas controladas.

Quadro de Pessoal	3T11	2T11	3T10	Var. 3T11/2T11	Var. 3T11/3T10
OHL (Holding)	109	109	97	-	12
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.335	1.325	1.276	10	59
Autovias	204	200	185	4	19
Centrovias	326	324	310	2	16
Intervias	566	562	545	4	21
Vianorte	239	239	236	-	3
<i>Concessionárias Federais</i>	2.161	2.135	1.700	26	461
Litoral Sul	289	307	312	(18)	(23)
Planalto Sul	185	187	148	(2)	37
Fluminense	256	254	233	2	23
Fernão Dias	888	843	484	45	404
Régis Bittencourt	543	544	523	(1)	20
Paulista	249	221	196	28	53
Latina Manutenção	1.973	1.673	1.437	300	536
Latina Sinalização	178	173	174	5	4
Total	6.005	5.636	4.880	369	1.125

Mercado de Capitais

O valor de mercado da OHL Brasil totalizou R\$ 4,2 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 60,40 por ação em 30/09/2011. Esse preço corresponde a desvalorização de 9,6% em relação ao preço de fechamento do trimestre anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 16,2%.

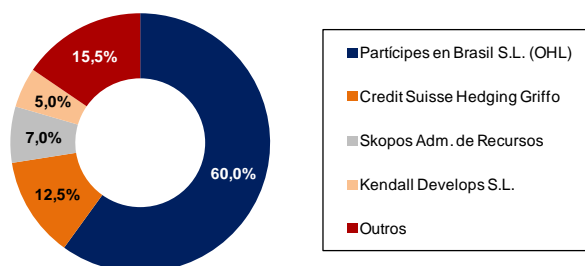
Evolução das Ações OHLB3 x IBOVESPA – Base 100
(desde o IPO da Companhia)



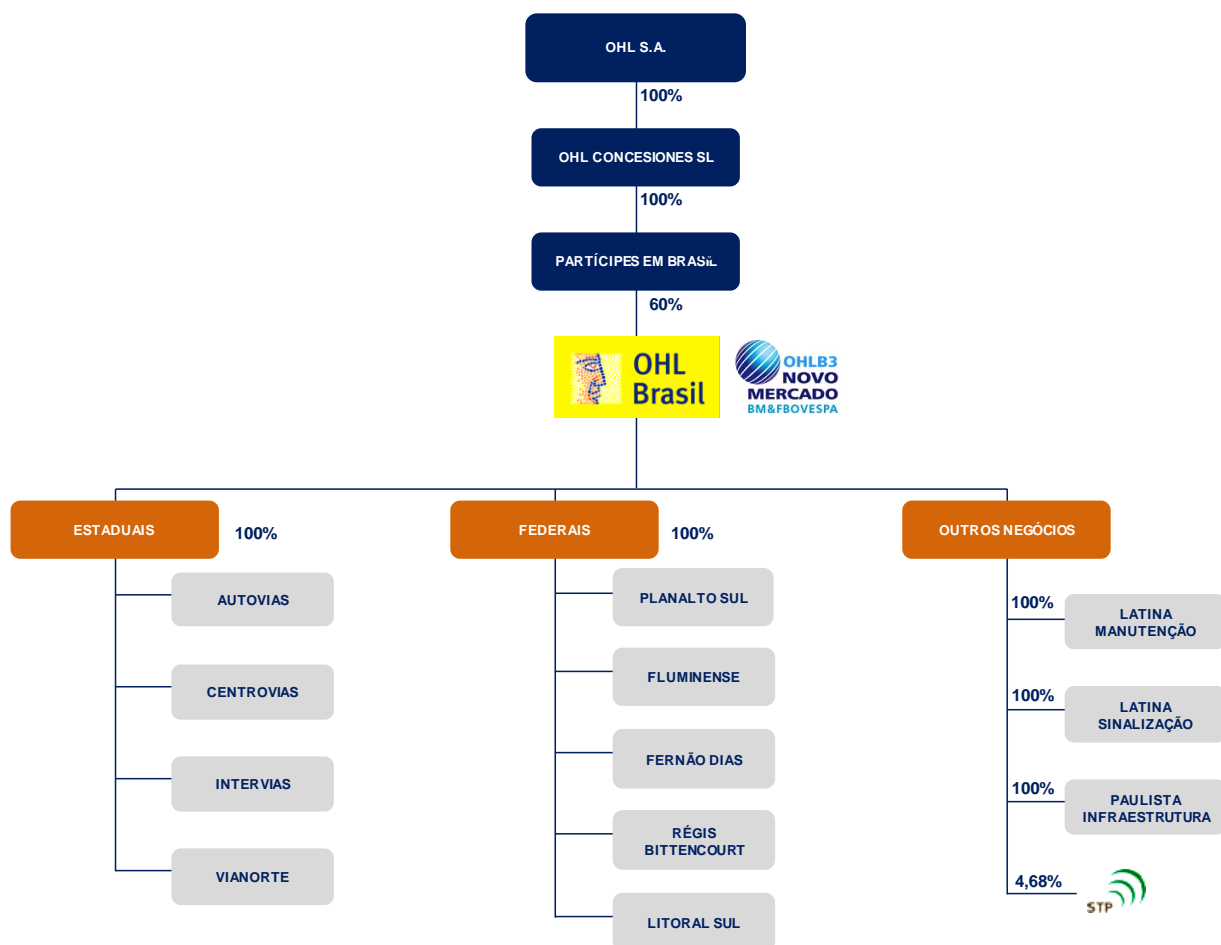
Média Diária	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10
Nº de Negócios	283	299	150	-5,4%	88,7%
Nº de Ações Negociadas	88.638	86.890	69.988	2,0%	26,6%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	5,54	5,70	3,32	-2,8%	66,9%

Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 592,1 milhões em 30 de setembro de 2011, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias.



Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Aug-18	Aug-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Feb-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Feb-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Feb-33	IPCA
Litoral Sul	382,3	5	n.a.	Feb-33	IPCA

n.a. – não aplicável

Perfil Corporativo

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, Peru, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

Para maiores informações acesse:

www.ohlbrasil.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	30/09/11	30/06/11	30/09/10
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.250.731	1.132.439	981.125
Contas a receber	87.450	93.463	80.203
Contas a receber - partes relacionadas	327	90	124
Estoques	7.408	4.811	3.059
Despesas antecipadas	11.707	16.016	11.470
Impostos a recuperar	26.191	26.796	17.435
Aplicações financeiras vinculadas	72.199	40.003	67.151
Outros créditos	3.693	3.690	5.443
Total do ativo circulante	1.459.706	1.317.308	1.166.010
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	28.873	22.530	294
Cauções contratuais	100	97	97
Impostos a recuperar	-	-	1.695
Despesas antecipadas	38	3	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos	98.318	97.028	66.514
Depósitos judiciais	15.385	15.104	11.110
Outras contas a receber	44	45	59
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	52.216	53.702	33.073
Intangível	3.692.629	3.525.058	3.157.343
Total do ativo não circulante	3.888.656	3.714.620	3.271.262
TOTAL DO ATIVO	5.348.362	5.031.928	4.437.272
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	191.756	579.554	1.082.226
Debêntures	360.261	328.527	199.042
Fornecedores	99.607	83.113	75.278
Obrigações sociais	52.884	45.982	44.087
Obrigações fiscais	75.030	54.414	56.626
Contar a pagar - partes relacionadas	938	858	830
Cauções contratuais	31.378	27.797	22.658
Dividendos propostos	-	-	-
Credores pela concessão	64.009	63.273	58.578
Provisão para manutenção em rodovias	43.241	46.470	32.600
Provisão para investimentos em rodovias	48.474	36.455	7.254
Adiantamento seguros	27.406	99.425	-
Outras contas a pagar	21.959	9.346	35.530
Total do circulante	1.016.943	1.375.214	1.614.709
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	1.131.557	502.526	33.566
Debêntures	1.279.049	1.359.066	1.189.192
Credores pela concessão	295.957	304.293	316.381
Receita diferida	672	960	877
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.412	36.608	24.873
Provisão para manutenção em rodovias	169.683	162.302	113.138
Provisão para investimentos em rodovias	16.251	29.101	56.374
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	5.053	5.645	8.734
Outras contas a pagar	5.337	8.186	2.421
Total do exigível a longo prazo	2.944.971	2.408.687	1.745.556
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	592.124	592.124	549.083
Reserva legal	41.093	41.093	26.640
Reserva de lucros	775.502	637.081	523.555
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	1.386.448	1.248.027	1.077.007
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.348.362	5.031.928	4.437.272

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	787.472	682.866	637.102	15,3%	23,6%	2.071.934	1.715.088	20,8%
Receitas de pedágio	506.535	453.868	430.984	11,6%	17,5%	1.394.740	1.187.328	17,5%
Estaduais	299.398	254.177	264.255	17,8%	13,3%	790.908	714.830	10,6%
Autovias	73.857	64.004	66.425	15,4%	11,2%	197.198	179.707	9,7%
Centrovias	74.534	62.277	64.472	19,7%	15,6%	196.333	174.831	12,3%
Intervias	83.971	70.788	75.086	18,6%	11,8%	219.998	201.305	9,3%
Vianorte	67.036	57.108	58.272	17,4%	15,0%	177.379	158.987	11,6%
Federais	207.137	199.691	166.729	3,7%	24,2%	603.833	472.498	27,8%
Planalto Sul	21.125	21.642	19.631	-2,4%	7,6%	64.759	57.210	13,2%
Fluminense	33.369	31.393	28.259	6,3%	18,1%	96.271	80.992	18,9%
Fernão Dias	51.526	48.373	34.189	6,5%	50,7%	147.263	92.024	60,0%
Régis Bittencourt	61.561	60.066	52.121	2,5%	18,1%	180.777	149.477	20,9%
Litoral Sul	39.556	38.217	32.529	3,5%	21,6%	114.763	92.795	23,7%
Outras receitas	24.661	31.364	26.698	-21,4%	-7,6%	80.251	68.518	17,1%
Receitas de obras	256.277	197.634	179.420	29,7%	42,8%	596.944	459.242	30,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(50.191)	(45.112)	(42.212)	11,3%	18,9%	(137.561)	(115.109)	19,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	737.282	637.754	594.891	15,6%	23,9%	1.934.374	1.599.980	20,9%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(456.181)	(414.661)	(368.196)	10,0%	23,9%	(1.229.994)	(1.000.156)	23,0%
LUCRO BRUTO	281.101	223.093	226.695	26,0%	24,0%	704.380	599.824	17,4%
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(36.502)	(36.963)	(35.986)	-1,2%	1,4%	(109.200)	(107.094)	2,0%
Gerais e administrativas	(33.583)	(36.743)	(31.187)	-8,6%	7,7%	(105.272)	(93.630)	12,4%
Remuneração da administração	(3.307)	(3.133)	(3.147)	5,6%	5,1%	(9.608)	(8.788)	9,3%
Despesas tributárias	(719)	(906)	(174)	-20,6%	313,2%	(1.916)	(1.910)	0,3%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	(2.034)	-	-	-	(6.101)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	1.107	3.819	557	-71,0%	98,9%	7.596	3.336	127,7%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(38.900)	(51.598)	(51.856)	-24,6%	-25,0%	(151.163)	(156.811)	-3,6%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	205.699	134.532	138.854	52,9%	48,1%	444.017	335.920	32,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(67.278)	(44.071)	(46.171)	52,7%	45,7%	(144.350)	(109.714)	31,6%
Corrente	(63.760)	(45.463)	(46.836)	40,2%	36,1%	(141.503)	(107.587)	31,5%
Diferido	(3.518)	1.392	665	-352,7%	-629,0%	(2.847)	(2.127)	33,9%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	138.421	90.461	92.683	53,0%	49,3%	299.667	226.206	32,5%

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	30/09/11	30/09/10
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	299.667	226.206
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	149.328	126.089
Amortização de ágio em investimentos	-	6.101
Baixas de ativos imobilizados	(8.769)	522
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.847	2.127
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	27.742	40.216
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(7.114)	(2.163)
Juros e variações monetárias de empréstimos	49.136	105.374
Juros e variações monetárias de debêntures	174.344	72.853
Despesas financeira AVP	(244)	6.037
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(3.681)	1.366
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	26.991	(5.073)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(3.022)	(16.062)
Contas a receber - partes relacionadas	(238)	(37)
Estoques	(3.916)	(780)
Despesas antecipadas	(5.881)	(4.222)
Impostos a recuperar	(250)	(3.653)
Outros créditos	1.104	(2.466)
Cauções contratuais	(3)	1
Depósitos judiciais	(1.095)	(450)
Outras contas a receber	7	13
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	53.119	(24.537)
Fornecedores - partes relacionadas	122	(69)
Cauções contratuais	1.218	2.247
Obrigações sociais	11.988	10.729
Obrigações fiscais	112.242	36.093
Imposto de renda e contribuição social pagos	(88.957)	(28.630)
Receita diferida	171	425
Outras contas a pagar	53.046	26.416
Credores pela concessão	392	325
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.484)	-
Pagamento de juros	(58.637)	(56.540)
Outros passivos	(696)	(1.664)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	779.477	516.794
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(5.016)	(11.906)
Adições ao intangível	(573.437)	(418.420)
Adiantamento para novos projetos	-	256
Aplicações financeiras vinculadas	(302.673)	(124.706)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	304.630	64.494
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(576.496)	(490.282)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	560.132	137.094
Emissão de Debêntures	-	1.372.854
Pagamento de juros e principal	(568.147)	(914.308)
Pagamento de credores pela concessão	(43.873)	(41.353)
Pagamento de dividendos	(68.650)	(41.866)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(120.538)	512.421
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	82.443	538.933
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.168.288	442.192
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.250.731	981.125

GLOSSÁRIO

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A OHL Brasil administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A OHL Brasil administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no pára-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.